

DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA POR EMPRESAS DE UTILIDADE PÚBLICA ENTRE EMPREGADOS E ACIONISTAS

DISTRIBUTION OF WEALTH GENERATED BY PUBLIC UTILITY COMPANIES BETWEEN EMPLOYEES AND SHAREHOLDERS

LUCIANA MARIA P. OLIVEIRA

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: lucianamp_oliveira@outlook.com

GILBERTO JOSÉ MIRANDA

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Professor na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: gilbertojm@ufu.br

Agradecimentos: Este estudo foi amparado pelo projeto “Análise das demonstrações contábeis como subsídio ao processo decisório”, código: 0036/2017, da Universidade Federal de Uberlândia.

Endereço: Av. João Naves de Avila, 2121, bloco F, sala 1F253, Santa Mônica, Uberlândia, MG. CEP: 38.408-902

Resumo: Tendo por base as demonstrações financeiras publicadas após a adoção completa das normas internacionais de Contabilidade no Brasil, o objetivo da pesquisa reside em investigar a influência da propriedade do capital na contribuição da empresa à sociedade, comparando empresas privadas e estatais, no período de 2010 a 2014. Trata-se de um estudo documental, descritivo de natureza quantitativa, com uma amostra de 362 observações de 73 empresas listadas na BM&FBOVESPA no setor de Utilidade Pública. As variáveis desta pesquisa foram retiradas das Demonstrações do Valor Adicionado das empresas da amostra. Os resultados evidenciam que as empresas estatais distribuem maiores percentuais de riqueza aos seus empregados do que as empresas privadas, enquanto estas destinam mais riqueza aos seus acionistas.

Palavras-chave: Valor Adicionado. Destinação de Riqueza. Empresas Privadas. Empresas Estatais.

Abstract: *Considering the financial publications made after the full adoption of international accounting standards in Brazil, the research's objective is to investigate the influence of the ownership of capital in the company's contribution to the society, by comparing private and state-owned enterprises in the period 2010 to 2014. This is a documentary, descriptive and quantitative research with a sample of 362 observations from 73 companies listed on the BM&FBOVESPA in the public utility sector. The variables of this research were taken from the Value Added Statement of each company. The results suggest that state-owned companies distribute higher percentages of wealth to their employees than private companies, while they design more wealth to its shareholders.*

Keywords: *Added value. Wealth destination. Private companies. State-owned companies.*

1 INTRODUÇÃO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) originou-se de movimentos sociais europeus que conduziram a responsabilidade social no final do século XX, tendo como objetivo informar à sociedade os valores gerados pela entidade no decorrer de suas atividades (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). Com as mudanças nas práticas contábeis no Brasil, o país se tornou um dos primeiros e poucos países a exigirem a divulgação obrigatória da DVA para as companhias abertas. Por meio da DVA, as entidades revelam a geração e distribuição de riqueza entre os agentes econômicos (empregados, governo, acionistas e financiadores de capital) que auxiliam na sua formação (ALMEIDA; SILVA, 2014).

Muitos estudos discutem sobre a eficiência econômica e a parte social das empresas, relacionando empresas privadas e estatais ou os resultados da privatização. No Brasil, muitas empresas estatais passaram por um processo de privatização, principalmente no período do governo Fernando Collor (1990-1992), sob o

argumento de que não era função do Estado administrá-las, e havendo também dúvidas sobre a eficácia dessas empresas (MACHADO et al., 2008).

Pinheiro e Giambiagi (1992, p. 250) afirmam que “um dos mais fortes motivos pelos quais um governo pode optar pela transferência de uma empresa estatal para o setor privado é a possibilidade de aumentar a eficiência a nível macro e microeconômico”. A justificativa de uma pressuposta ineficiência dada às empresas estatais é por elas não disporem, da mesma maneira que as empresas privadas, da clareza dos seus objetivos, pois os objetivos sociais, muitas vezes, se sobrepõem aos objetivos comerciais e de rentabilidade dessas empresas (CHAN; MARTINS; SILVA, 2007).

Diversos estudos empíricos foram realizados comparando empresas estatais e privadas com o objetivo de apurar o desempenho delas após a mudança de controle acionário devido essa suposta ineficiência das empresas estatais. Porém, poucos foram os estudos que levantaram os efeitos desta variável na contribuição da empresa à sociedade através da distribuição de riqueza (CHAN; MARTINS; SILVA, 2007).

A partir da discussão que faz acreditar que empresas privadas possuem melhor desempenho em termos econômico-financeiro que as estatais, o problema de pesquisa reside em responder: *qual a diferença entre empresas privadas e estatais do setor de Utilidade Pública em relação à destinação de riqueza aos acionistas e aos empregados no período de 2010 a 2014?* O estudo tem como objetivo investigar a influência da propriedade do capital na contribuição da empresa à sociedade, por meio da utilização da Demonstração do Valor Adicionado, comparando empresas privadas e estatais no período de 2010 a 2014. As informações foram obtidas por meio das Demonstrações Contábeis, nas Demonstrações do Valor Adicionado publicados na BM&FBOVESPA no setor de Utilidade Pública, com seus respectivos subsectores: Energia Elétrica, Água e Saneamento e Gás, no período de 2010 a 2014.

O estudo visa contribuir com a discussão, uma vez que são poucos os estudos sobre o tema, tendo como base dados oriundos da DVA. Investigações sobre a geração e distribuição de riqueza são relevantes, do ponto de vista social, uma vez que podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas relativas a emprego e tributação no país.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura que fundamenta esta pesquisa traz uma abordagem sobre o Balanço Social para relatar a origem da Demonstração do Valor Adicionado que se tornou obrigatória para empresas de capital aberto, no Brasil, a partir de 2008. Ressaltando que ela traz informações importantes referentes à riqueza gerada pela empresa e como ela foi distribuída entre seus agentes colaboradores e apresentando alguns aspectos normativos. Por fim, nos estudos anteriores, são mencionadas algumas pesquisas que utilizaram a DVA com o intuito de compreender a geração e distribuição de riqueza entre seus agentes econômicos.

2.1 BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social é um mecanismo de gestão e informação do negócio com a finalidade de evidenciar as informações econômicas e sociais do desempenho das empresas de forma clara, aos seus diferentes colaboradores (TINOCO, 2001). Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 31): o Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua.

Mazzioni e Tinoco (2005) descrevem o Balanço Social como um instrumento utilizado pela Contabilidade com o objetivo de proporcionar informações mais úteis, fidedignas e equitativas, de natureza social, aos seus usuários. Informações estas que evidenciam a responsabilidade das empresas perante a sociedade e permitem também analisar os efeitos das atividades empresariais sobre o ambiente onde elas operam.

Para Pinto e Ribeiro (2004), o Balanço Social, independente da sua formatação, tem o objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida, destacando os aspectos relativos a recursos humanos, contribuição para o desenvolvimento econômico e social, ambientais e contribuições para a cidadania. Nesse sentido, ele dispõe de quatro vertentes: Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2000, p.31).

A Demonstração do Valor Adicionado se destaca entre as vertentes do Balanço Social, conforme apontam Cunha, Ribeiro e Santos (2005), pois ela fornece informações pertencentes à riqueza gerada pela

empresa e como ela foi distribuída entre seus agentes colaboradores (empregados, governo, sócios, acionistas e financeiros externos).

2.2 Demonstração do Valor Adicionado

A partir do ano de 2008, a divulgação e elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tornou-se obrigatória para as empresas de capital aberto, no Brasil, conforme estabelece a Lei nº 11.638/07. Tendo como objetivo regulamentar sua demonstração, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovou o Procedimento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Para Cosenza (2003, p. 11):

O valor adicionado é obtido mediante a diferença entre as vendas ou produção dessa empresa e o total de aquisições ou compras feitas para esse mesmo fim, representando a soma de toda a remuneração de esforços consumidos nas atividades da companhia. Para a determinação do valor adicionado e a elaboração da demonstração correspondente, é fundamental que se conheça o lucro obtido no período - DRE - e a destinação atribuída aos sócios ou acionistas, por conta de tal lucro: proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Na mesma linha de entendimento, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 29) afirmam que “a DVA tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição”. Para Santos (1999, p. 98), a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, componente importantíssimo do Balanço Social, deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade.

Cosenza (2003) ressalta que a Demonstração do Valor Adicionado permite a visualização da realidade empresarial perante o enfoque econômico, relativo ao valor gerado, e o enfoque social, conforme a distribuição da renda gerada.

A elaboração da Demonstração do Valor Adicionado deve estar de acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC que demonstra como ela deve ser elaborada através da Estrutura Conceitual Básica para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Pinto e Ribeiro (2004) ressaltam que a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) está mais voltada aos usuários (proprietários, sócios ou acionistas) que querem explorar o resultado líquido da empresa em um determinado período. Enquanto a DVA possui uma visão diferente, pois trata de como a riqueza foi gerada pela empresa e distribuída aos seus colaboradores, sócios, governo e credores abordando então, uma visão diferente da DRE.

Conforme item 9 do Pronunciamento Técnico CPC 09 (2008), o valor adicionado “representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade”. Em seu item 12, o CPC 09 dispõe que a DVA deve proporcionar, aos investidores e outros usuários, informações de natureza econômica e social que permitam melhorar a avaliação das atividades da empresa dentro da sociedade em que ela está situada.

A distribuição da riqueza obtida pela entidade deve ser feita de forma detalhada, conforme o item 15 do Pronunciamento Técnico CPC 09, tendo como principais componentes desta distribuição:

- a) Pessoal: valores apropriados ao custo e ao resultado do exercício na forma de remuneração direta (salários, décimo terceiro salário, férias, horas extras, etc.), benefícios (planos de aposentadoria, alimentação, assistência médica etc.) e o FGTS (valores depositados em conta vinculada dos empregados);
- b) Impostos, taxas e contribuições: valores como imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, INSS e outros impostos e contribuições que se sujeita a empresa. Devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos dos impostos compensáveis (ICMS, IPI, PIS e COFINS). Eles representam a diferença entre os impostos e contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como insumos adquiridos de terceiros;
- c) Remuneração de capital de Terceiros: são os valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital, como os juros (despesas financeiras, variações cambiais passivas, valores capitalizados no período, etc.), os aluguéis e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros;
- d) Remuneração de capitais próprios: é a remuneração distribuída aos acionistas e sócios na forma de juros sobre o capital próprio e dividendos, e lucros retidos e prejuízos do exercício.

A DVA é uma importante demonstração para a colaboração de maior transparência para as empresas, pois ela se caracteriza por revelar a riqueza gerada pela entidade e sua destinação aos empregados, governo, acionistas e financiadores de capital, como ela também demonstra os efeitos sobre a sociedade em que a entidade atua.

2.3 Estudos anteriores

As empresas privadas de qualquer classificação, singular ou coletiva, limitada ou sociedade anônima, apontam como principal objetivo a aquisição de lucro, segundo Braga (2008). Devido às empresas privadas possuírem objetivos e características diferentes das estatais, algumas evidências apontam que elas apresentam comportamentos de distribuição de riqueza diferentes, mesmo em situações econômicas semelhantes.

O tema vem sendo estudado há alguns anos, e a síntese de trabalhos internacionais realizada por Pinheiro (1996) já evidenciava diferenças importantes em termos de eficiência na distribuição de riqueza entre as empresas privadas e públicas, conforme demonstra o Quadro 1:

Quadro 1 – Resultado Empírico sobre a Eficiência Relativa de Empresas Estatais e Privadas.

Setor	Empresa estatal mais eficiente	Resultado ambíguo ou sem diferença de eficiência	Empresa privada mais eficiente
Eletricidade	Meyer (1975) Nouber (1977) Pescatrice e Trapani (1980)	Mann (1970) Junker (1975) Spann (1977) Färe et al. (1985) Atkinson e Halvorsen (1986)	Shepherd (1966) Moore (1970) Peltzman (1971) Tilton (1973) De Alessi (1974)
Coleta de lixo	Pieret al. (1974)	Hirsch (1965) Kemper e Quigley (1976) Collins e Downes (1977)	Kitchen (1976) Savas (1977) Pommerehne e Frey (1977) Stevens (1978) Edwards e Stevens (1978)
Água	Mann e Mikesell (1971) Bruggink (1982)	Feigenbaum e Teeple (1983)	Hausman (1976) Morgan (1977) Crain e Zardkoohi (1978, 1980)
Serviço de saúde		Becker e Sloan (1985)	Clarkson (1972) Rushig (1974) Lindsay (1976) Frech (1976) Bays (1979) Frech (1980) Bishop (1980) Frech e Ginsburg (1981) Finsinger (1982) Wilson e Jadow (1982) Schlesinger e Dorwart (1984)
Companhias aéreas		Forsyth e Hocking (1980) Morrison (1981) Jordan (1982)	Davies (1971) Davies (1977)
Ferrovias		Caves e Christensen (1980) Caves et al. (1982)	
Instituições Financeiras		Lewin (1982)	Davies (1981)
Serviços contra incêndios			Ahlbrecht (1973)
Transporte não ferroviários			Pashigian (1976) Palmer et al. (1983) McGuire e Van Cott (1984)

Fonte: Pinheiro (1996, p. 377).

Pinheiro (1996) fez uma revisão teórica dos estudos descritos no Quadro 1 para fundamentar seu trabalho, o qual tinha como objetivo verificar se ocorreu aumento da eficiência das empresas brasileiras com a privatização. Ele comparou o desempenho das empresas estatais vendidas no período de 1981/89 e 1991/94 antes e depois de suas privatizações, e concluiu que, as empresas privatizadas se tornaram mais eficientes e lucrativas, pois as vendas por empregado e o lucro líquido cresceram; ocorreu uma melhora no desempenho das empresas, pois houve uma melhora no incentivo para os trabalhadores e administradores; e houve diminuição no número de empregados nas empresas.

Mais recentemente, a fim de compreender a geração de riqueza das empresas e sua distribuição entre seus agentes econômicos, alguns estudos foram feitos, como o de Chan, Martins e Silva (2007), Chan, Santos e Silva (2007), Braga (2008), Machado et al. (2008), Miranda et al. (2013), Boscov e Bispo (2010), Scarpin et al. (2014) e entre outros, por meio da Demonstração do Valor Adicionado.

Com o objetivo de identificar os possíveis impactos da privatização no período de 1995 a 2005, Chan, Santos e Silva (2007) utilizaram informações da Demonstração do Valor Adicionado sobre a forma de distribuição de riqueza das empresas, as quais foram selecionadas a partir do banco de dados da Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), totalizando 16 empresas. Sobre a distribuição de riqueza aos funcionários, observaram que houve uma redução bastante acentuada nas empresas que passaram pelo processo de privatização, já nos períodos anteriores à privatização, notaram que todas as empresas analisadas melhoraram seus desempenhos na geração e distribuição de riqueza.

Chan, Martins e Silva (2007) utilizaram de uma abordagem empírico-analítica para investigar o pressuposto de que, no período de 1998 a 2002, o percentual da distribuição de riqueza nas empresas do setor público pode ser diferente das empresas do setor privado. O objetivo da pesquisa deles foi investigar a influência da propriedade do capital na contribuição da empresa à sociedade por meio da utilização da Demonstração do Valor Adicionado, comparando empresas privadas e estatais no período de 1998 a 2002. Os resultados dos testes efetuados (*Mann-Whitney e Kruskal-Wallis*) evidenciaram que as empresas estatais distribuem para os empregados maior parcela de sua riqueza do que as empresas privadas, porém os resultados indicam não haver diferenças significativas quanto à remuneração dos acionistas.

Com o objetivo de descrever o perfil da distribuição de riqueza entre empresas privadas e estatais brasileiras, Braga (2008) analisou as informações das Demonstrações do Valor Adicionado divulgadas pelas empresas no período entre 2003 e 2006. Os resultados indicaram que não há diferenças significativas entre os dois segmentos na distribuição de riqueza para os empregados, financiadores e acionistas (juros sobre o capital próprio e dividendos). Entretanto, os resultados encontrados entre o governo e os acionistas (lucros retidos/prejuízos do exercício) relataram que existe diferença na distribuição de riqueza entre as empresas públicas e privadas.

Boscov e Bispo (2010) procuraram analisar a distribuição de riqueza gerada por empresas nos setores de serviço, comércio e indústria. Eles utilizaram 3.378 demonstrações do banco de dados da revista Maiores e Melhores, no período de 1997 a 2006. Estes autores alcançaram diferentes resultados para cada setor analisado, podendo dizer que o setor industrial foi o que menos forneceu remuneração aos seus empregados e o setor de serviços foi o que melhor distribuiu aos seus credores.

Miranda et al. (2013) tiveram o objetivo de analisar o nível de distribuição de riqueza aos empregados entre as melhores empresas para se trabalhar, participantes do *ranking* das revistas *Você S/A* e *Exame* (edição de 2012), e empresas não participantes deste *ranking* listadas BM&FBovespa em 2012. Os resultados demonstraram que não há diferença nos critérios de distribuição da riqueza com os empregados entre as empresas participantes do *ranking* e as não participantes, portanto, os resultados nas distribuições de riquezas foram similares entre os empregados das empresas participantes e as não participantes do *ranking*.

No trabalho de Machado et al. (2008), o objetivo foi verificar se havia diferenças significativas na distribuição de riqueza aos funcionários entre empresas privadas e estatais do setor elétrico, através da análise da Demonstração do Valor Adicionado e do Balanço Social entre o período de 2004 e 2007, utilizando o teste Mann-Whitney, com nível de significância de 5%. Os autores concluíram que houve diferença na distribuição do valor adicionado aos funcionários, sendo que as empresas estatais evidenciaram maior distribuição do que as empresas privadas, ao longo do período analisado.

Em sua pesquisa, Scarpin et al. (2014) apontam como objetivo geral identificar a correlação da distribuição do valor adicionado aos agentes colaboradores da formação da riqueza e a lucratividade das empresas. Para isso, foram analisados dados da DVA no período de 2007 a 2010 com 450 empresas participantes de oito setores de atividades, bem como a classificação de Revista Exame Maiores e Melhores. Os autores concluíram que existe relação entre a distribuição do valor adicionado aos agentes colaboradores e a lucratividade da empresa.

Com base nessas informações, observa-se que as evidências ainda não são conclusivas sobre a eficiência relativa das empresas estatais e privadas. Portanto, há necessidade de pesquisa para identificar se ocorre diferença considerável na distribuição de riqueza gerada pelos empregados e acionistas entre empresas estatais e privadas. Com base nessa lacuna, este trabalho utilizou empresas do setor de Utilidade Pública listadas na BM&FBovespa nos períodos entre 2010 a 2014, a partir da análise de suas Demonstrações do Valor Adicionado para identificar se ocorre diferença significativa na distribuição de riqueza entre as empresas privadas e estatais deste setor.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem como objetivo investigar a influência da propriedade do capital na contribuição da empresa à sociedade, por meio da utilização da Demonstração do Valor Adicionado, caracterizando-se como um estudo descritivo de natureza quantitativa.

Gil (2002) trata as pesquisas descritivas como as que têm o objetivo de descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou também o estabelecimento de relações entre variáveis, e sua característica mais relevante está relacionada à utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. O trabalho utilizou testes de medianas para comparar os percentuais da riqueza gerada e distribuída pelas empresas estatais e privadas. A pesquisa é, então, classificada como quantitativa, pois segundo Silva e Menezes (2005), para ser uma pesquisa quantitativa é necessário ter resultados numéricos para serem analisados.

Caracteriza-se também por ser uma pesquisa documental, conforme Gil (2002, p. 45), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Assim, o trabalho utiliza dados coletados das Demonstrações do Valor Adicionado das empresas listadas na BM&FBOVESPA do setor Utilidade Pública com os subsetores: Água e Saneamento, Energia Elétrica e Gás, no período de 2010 a 2014.

Por ser uma amostra intencional, ela se dá pelo método não probabilístico, que segundo Martins (2000), ocorre quando: “é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra”. A amostra é composta pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA no setor de Utilidade Pública, nos subsetores de Energia Elétrica, Água e Saneamento e Gás.

Para a coleta de dados, foram encontradas informações provenientes das Demonstrações Financeiras, na qual se utilizou a Demonstração do Valor Adicionado, do site da BM&FBOVESPA. Para calcular os indicadores de distribuição de riqueza, foram utilizadas as fórmulas indicadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Indicadores de análise da DVA a serem utilizados pela pesquisa.

Grupo	Indicador	Fórmula
Indicadores de distribuição de riqueza	Quociente entre gastos com pessoal e valor adicionado	$PSVA = \frac{GP}{VAD}$
	Quociente entre remuneração de acionistas (dividendos e juros sobre o capital próprio) e o valor adicionado	$RASVA = \frac{D + JCP}{VAD}$
	Quociente entre lucros retidos e valor adicionado	$LRSVA = \frac{LR}{VAD}$

Fonte: Adaptado de Oliveira e Coelho (2014).

Nota: VAD: Valor Adicionado Total a Distribuir; GP: Gastos com Pessoal; D: Dividendos; JCP: Juros sobre Capital Próprio; LR: Lucros Retidos.

Para a análise dos dados, foi feito o teste Kolmogorov Smirnov para testar se os dados possuíam distribuição normal. Como o comportamento da amostra não apresentou normalidade, a comparação entre as empresas foi feita utilizando o teste não paramétrico de Mann-Whitney. Esse teste é proposto para verificar, em nível de significância pré-estabelecido, se duas amostras independentes resultam de populações com medianas iguais.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A amostra da pesquisa ficou composta por 73 empresas selecionadas na BM&FBOVESPA do setor de Utilidade Pública, porém os dados coletados no período de 2010 a 2014 revelam um total de 362 observações, as quais foram segregadas em dois grupos: a) empresas estatais; e b) empresas privadas, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Composição da amostra por subsetor

Ano	2010		2011		2012		2013		2014		Total
Descrição	Est.	Priv.	Est.	Priv.	Est.	Priv.	Est.	Priv.	Est.	Priv.	
Energia Elétrica	13	51	13	51	13	51	13	50	13	50	318
Água e Saneamento	4	2	4	3	4	3	4	3	4	3	34
Gás	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	10
Total	17	55	17	56	17	56	17	55	17	55	362

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 1 foram obtidas 85 observações das empresas estatais e 277 das empresas privadas. A Tabela 2 apresenta os índices médios de distribuição de riqueza entre pessoal, acionistas e lucros retidos por setor, segregados entre empresas estatais e privadas.

Tabela 2 - Índices médios de distribuição de riqueza entre empregados e acionistas

Itens	Empresas Estatais		Empresas Privadas		
	Água e Saneamento	Energia Elétrica	Água e Saneamento	Energia Elétrica	Gás
Pessoal	0,3981	0,3826	0,1469	0,0750	0,0867
Acionistas	0,0584	0,0430	0,0260	0,1518	0,1533
Lucros Retidos	0,1323	-0,1333	0,8977	0,0881	0,1597

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 2, no que diz respeito à distribuição do valor adicionado ao pessoal, as empresas estatais evidenciaram médias numericamente maiores que as empresas privadas, tanto no setor de Água e Saneamento (0,3981 contra 0,1469), quanto na Energia Elétrica (0,3826 contra 0,0750). Esse resultado foi constatado ao se realizar o teste Mann-Whitney, baseado nas medianas, presente na Tabela 3.

Com relação aos índices médios de distribuição de riqueza aos acionistas, houve variações. No setor de Água e Saneamento, as empresas estatais apresentaram uma maior distribuição dos resultados comparada às empresas privadas. Já no setor de Energia Elétrica, as empresas privadas distribuíram mais riqueza aos acionistas que as estatais. De maneira geral, o teste Mann-Whitney revelou que as empresas privadas distribuem mais valor adicionado aos seus acionistas do que as empresas públicas.

Em relação aos lucros retidos, também se pode notar variações no setor de Água e Saneamento, as empresas privadas obtiveram o índice médio de distribuição de riqueza maior que as empresas estatais, enquanto estas distribuem mais resultado referente aos lucros retidos no setor de Energia Elétrica que aquelas.

É interessante observar que as empresas do segmento de Água e Saneamento, tanto públicas quanto privadas, distribuíram maiores valores aos empregados que aos acionistas. Já as empresas do segmento de Energia Elétrica tiveram um comportamento bastante diferente. As estatais distribuíram percentuais maiores aos empregados, enquanto as privadas destinaram a maior parte aos acionistas.

Constatando que não se encontram empresas públicas listadas na BM&FBOVESPA no setor de Gás, não há como fazer a comparação relacionando estas empresas com as privadas. Porém, os índices indicam que nesse setor ocorre uma maior distribuição de riqueza aos acionistas do que aos empregados.

Considerando a ausência de normalidade na distribuição dos dados, para avaliar possíveis diferenças estatísticas na distribuição de resultados entre empresas privadas e estatais foi utilizado o teste Mann-Whitney, que se baseia na mediana da distribuição para a realização das comparações. Utilizou-se o nível de significância igual a 1%, ou seja, se o p-valor for maior que 1% não se pode rejeitar a hipótese nula de igualdade das médias e, se for menor, não deve ser aceita. A Tabela 3 apresenta os resultados apurados.

Tabela 3 – Teste de medianas – empresas privadas versus estatais

Variáveis	Empresas	N	Média dos Postos	P-Valor
Pessoal	Privadas	277	153,07	0,000
	Estatais	85	274,16	
Acionistas	Privadas	277	195,11	0,000
	Estatais	85	137,14	
Lucros Retidos	Privadas	277	177,63	0,203
	Estatais	85	194,12	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Observando os resultados da Tabela 3, o p-valor que se refere aos percentuais do valor adicionado distribuídos aos empregados e acionistas é inferior ao índice de significância de 1%, assim é rejeitada a

hipótese de igualdade das médias entre as empresas privadas e estatais, podendo verificar que as empresas estatais distribuem mais riqueza aos seus empregados que as privadas.

Esse resultado corrobora os estudos de Chan, Martins e Silva (2007) e Machado et al. (2008). Este evento pode estar relacionado ao número de empregados de cada grupo de empresas, mas não se pode confirmar que a diferença entre a distribuição de riqueza se dá pelo fato de as empresas estatais remunerarem melhor seus funcionários ou por elas possuírem um número maior de empregados que as empresas privadas.

Em relação à distribuição do valor adicionado aos acionistas, os dados revelam que as empresas privadas distribuem mais lucros do que as estatais. Resultados anteriores, como de Chan, Martins e Silva (2007), não encontraram diferença significativa entre esses dois grupos de empresas.

Quanto aos lucros retidos, é observado que não ocorreu diferença significativa sobre as médias entre os dois grupos de empresas durante o período estudado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meados da década de 90, muitas empresas estatais passaram a ser privatizadas, mediante o argumento de que empresas privadas obtinham melhor eficiência em termos econômicos e as estatais se preocupavam mais com os objetivos sociais. Este trabalho se dispôs a investigar a influência da propriedade do capital na contribuição da empresa à sociedade, utilizando a Demonstração do Valor Adicionado de cada empresa do setor de Utilidade Pública listada na BM&F Bovespa e identificar qual a diferença entre empresas privadas e estatais deste setor em relação à destinação de riqueza aos empregados e acionistas no período de 2010 a 2014.

Os testes realizados constataram que houve diferença na distribuição de riqueza entre as empresas privadas e estatais no setor e período analisado, no qual as empresas estatais demonstraram uma distribuição de riqueza aos empregados maior que as privadas. Ao passo que as empresas privadas apresentaram uma maior distribuição de riqueza aos acionistas que as empresas privadas, como demonstram os resultados encontrados no Teste Mann-Whitney (teste de medianas).

Com base nesses resultados não se pode afirmar que as empresas estatais são mais ineficientes que as privadas, pois o Valor Adicionado abrange não só o pessoal, mas também os impostos, terceiros e acionista. No entanto, os resultados sugerem que os processos de privatização transferem parcela importante da riqueza que seria destinada aos funcionários para os acionistas.

Recomenda-se, como estudos futuros, pesquisas que avaliem a eficiência das entidades antes e após os processos de privatização. Sugere-se também uma ampliação da amostra adotada nesta pesquisa, proporcionando, assim, um número maior de empresas e de setores a serem analisados. Com isso, poderia constituir um resultado ainda mais expressivo e gerar novos indicadores, tanto sociais como financeiros, para dar suporte aos gestores das empresas na tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. L.; SILVA, A. H. Demonstração do valor adicionado (DVA): uma análise de sua comparabilidade após tornar-se obrigatória no Brasil. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-110, jan/abr., 2014. Disponível em:

<<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/rcmcuerj/article/view/10778/pdf>>. Acesso em: 18 maio 2015.

BOSCOV, C.; BISPO, J. S. A comparação da distribuição de riqueza gerada entre os setores de serviço, comércio e indústria. *Contexto*, Porto Alegre, v. 10, n. 17, p. 59-70, 2010. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/14743>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

BRAGA, P. T. S. *Demonstração do valor adicionado (DVA)*: um estudo comparativo do perfil de distribuição de riqueza pelas empresas estatais e privadas do Brasil. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, UnB/UFPB/UFRN, Natal, 2008. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6704/1/2008_PauloTarsoSBraga.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

CHAN, B. L.; MARTINS, G. A.; SILVA, F. L. Destinação de Riqueza aos Acionistas e aos Empregados: Comparação entre Empresas Estatais e Privadas. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v.11, n.

4, p. 199-218, out./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552007000400010&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 mar. 2015.

CHAN, B. L.; SANTOS, A.; SILVA, F. L. Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da demonstração do valor adicionado. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 3, n. 1, p. 6-21, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/213>>. Acesso em: 18 out. 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *CPC 09: Demonstração do Valor Adicionado (DVA)*. Brasília, 30 out. 2008. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf>. Acesso: 02 jun. 2015.

COSENZA, J. P. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v.14, p. 7-21 out. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772003000400001>>. Acesso em: 20 maio 2015.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M.S.; SANTOS, A. dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, n.37, p. 7-23, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772005000100001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 abr. 2015.

GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002>>. Acesso em: 16 jun. 2015

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MACHADO, E. A. et al. Destinação de riquezas aos empregados no Brasil: comparação entre empresas estatais e privadas do setor elétrico (2004-2007). *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 110-122, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772009000200008>. Acesso em: 01 maio 2015.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J.A. *Análise didática das Demonstrações Contábeis*. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, G. de A. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MAZZIONI, S.; TINOCO, J. E. P. Balanço social para uma fundação universitária. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2005. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos52005/166.pdf>>. Acesso em 01 maio 2015.

MIRANDA, R. O. et al. Distribuição do valor adicionado com os empregados nas empresas indicadas como as melhores para se trabalhar. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 13, 26 jul. 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Fipecafi, 2013. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos132013/an_resumo.asp?con=1&cod_trabalho=225&titulo=DISTRIBUI%C7%C3O+DO+VALOR+ADICIONADO+COM+OS+EMPREGADOS+NAS+EMPRESAS+INDICADAS+COMO+AS+MELHORES+PARA+SE+T>. Acesso em: 01 maio 2015.

OLIVEIRA, I. A. F. de; COELHO, A. C. D. Impacto da divulgação obrigatória da DVA: Evidência em indicadores financeiros. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, João Pessoa, v.2, n.3, p.41-55, set/dez.2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>>. Acesso em: 09 out. 2015.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F. As empresas estatais e o programa de privatização do governo Collor. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v.22, n. 2, p. 241-288. 1992. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/850/787>>. Acesso em: 18 maio 2015.

PINHEIRO, A. C. Impactos Microeconômicos da privatização no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v.26, n.3, p.357-397, dez.1996. Disponível em: <<http://www.memoria.nemesis.org.br/index.php/ppe/article/viewFile/744/684>>. Acesso em 18 out. 2015.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. de S. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 15, n. 36, p. 21-34, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772004000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SANTOS, A. *Demonstração contábil do valor adicionado - DVA*: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas. São Paulo, 1999. Tese (Livre-Docência em Contabilidade) - Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SCARPIN, J. E. et al. Valor adicionado e lucratividade as empresas listadas na revista exame maiores e melhores no período de 2007-2010. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 4-23, mai./ago. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/recfin/article/view/19351>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <http://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

TINOCO, J. E. P. *Balanço social*: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.